



**DIREITO À INFORMAÇÃO EM EMISSORA PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO:  
UMA ANÁLISE DO TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL,**

**GT18: Ética, Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação**

Davi Lopes Gentili  
Universidade de São Paulo, Brasil  
davi.gentili@usp.br

**Resumo**

Este artigo é um estudo empírico que analisa e mede o telejornal Repórter Brasil Noite, exibido na emissora pública TV Brasil, que pratica um jornalismo que contribui com o direito à informação, discutido a partir da reflexão teórica sobre a construção da cidadania e a sua interface com o jornalismo. Analisamos o conceito de direito à informação, considerado como direito-meio que garante o acesso a outros. O jornalismo é compreendido como uma forma de conhecimento, gerada por meio de procedimentos da prática profissional alimentada pelos acontecimentos cotidianos. Em tese, o veículo público pode dar condições para a prática do jornalismo livre das determinações econômicas inerentes aos meios privados. A pesquisa empírica consistiu na coleta de dados de uma amostragem de seis edições do telejornal em semana artificial, submetida a uma análise quantitativa. Constatamos, por fim, que a TV Brasil encontra dificuldades para produzir um jornalismo que contribua plenamente para o direito à informação.

**Introdução**

Este artigo é uma análise do telejornal Repórter Brasil Noite da televisão pública brasileira TV Brasil, com o intuito de identificar, por meio de pesquisa quantitativa, a representatividade do tempo dedicado a temas e às diferentes regiões do Brasil

e do mundo no telejornal. E a interpretação desses dados tem como objetivo final identificar em que medida o telejornal pode contribuir para o direito à informação. Para tanto, começamos o artigo problematizando o direito à informação e as limitações desse conceito decorrentes da configuração industrial das empresas jornalísticas. Logo, identificamos o jornalismo público e as televisões públicas como possibilidades de contornar tais questões. Por fim, apresentamos a pesquisa empírica que nos permitiu identificar problemas para que a TV Brasil possa, de fato, contribuir para o direito à informação. Essa pesquisa é parte da minha dissertação de mestrado defendida em 2013 na Universidade de São Paulo.

### **Direito à informação**

O direito à informação é considerado por Victor Gentilli (2005), como um direito-meio, ou seja, um direito por meio do qual outros direitos – seja civil, político ou social – podem se realizar. A informação é o que permite que o cidadão participe da esfera pública e tenha acesso à participação na vida política da sociedade. Bem informado, o cidadão é capaz de fazer autonomamente suas escolhas, consciente das possíveis consequências, é capaz de cuidar melhor de sua saúde, buscar a melhor educação para seus filhos, reivindicar seus direitos trabalhistas e previdenciários. Sem informação, o cidadão portador de direitos não é capaz de reivindicá-los ou exercê-los, e não tem autonomia para exercer sua liberdade de pensamento e de escolha. Sendo assim, o direito à informação é um direito que dá acesso a todos os demais.

A informação a que o cidadão tem direito lhe é passada por diversas instituições, seja pela escola, por agentes de saúde, principalmente pela informação midiática, especialmente através da atividade jornalística. A publicização da informação é fundamental para o aprofundamento da democracia. Qualquer assunto relativo às



coisas públicas ou ao poder público deve ter publicidade. O jornalismo tem o compromisso de ocupar-se de qualquer questão acerca da vida da sociedade.

Com essa compreensão estabelecida, Victor Gentilli propõe um modelo típico-ideal de jornalismo capaz de dar efetividade ao direito à informação. Os pressupostos básicos são:

um jornalismo produzido em condições de oferecer, da melhor maneira possível, uma forma de conhecimento do mundo, que permita ao cidadão as condições de escolha quando se tratar de direitos políticos, que ofereça informações básicas – jornalismo de serviço – para o desenrolar cotidiano de suas atividades, que pense a práxis profissional no contexto amplo de ampliação da cidadania, do pluralismo, da liberdade, da democracia (p. 143).

Esse modelo típico-ideal proposto por Gentilli se realizaria em condições de liberdade. Gentilli afirma: “as potencialidades do jornalismo podem se realizar num ambiente de democracia, pluralismo e mercado” (p. 142). O mercado é entendido como condição para o direito à informação por manter a independência com relação ao poder do Estado, além da sua auto-regulação. O jornalismo produzido nessas condições é, para Gentilli, “uma indústria que produz um direito” (p. 147).

Entretanto, essa concepção do direito à informação é bastante limitada. Em primeiro lugar, é necessário acrescentar uma concepção de jornalismo que defina a partir de seu potencial esclarecedor, ou seja, de sua capacidade de observar os acontecimentos do cotidiano explicá-lo ao leitor dentro do seu contexto. Para tanto, é importante acrescentar a contribuição de Adelmo Genro Filho (1987).

Para definir o jornalismo, esse autor adota da estética de Lukács oriundo da filosofia de Hegel uma divisão da realidade em suas dimensões singular, particular e universal. A singularidade é a dimensão mais imediata da realidade, a dimensão das aparências, de como a realidade é apreendida numa primeira observação. O Universal é a dimensão da realidade compreendida pela razão humana a partir de uma observação sistemática a partir de um método – como a ciência, por exemplo. Já o particular é uma dimensão intermediária, em que a realidade é compreendida dentro do seu contexto, relacionada a outros aspectos, mas não ligado a aspectos que a possa ligar a universalidade da realidade.

Para Adelmo Genro Filho (1987), o singular é a dimensão à qual o jornalismo se dedica. O jornalismo trata dos acontecimentos efêmeros do cotidiano e se nutre deles para a construção da notícia. A partir daí, esse acontecimento específico é trabalhado, apurando-se aquilo que se relaciona com ele, revelando aspectos que não eram imediatamente aparentes, conectando-os, relacionando-os, e levando a compreensão desse acontecimento até a dimensão particular do fenômeno a que esse acontecimento se relaciona. Assim, o jornalismo é potencialmente esclarecedor, desde que cumpra esse seu papel revelador e contextualizador. Obviamente que nem sempre uma notícia jornalística é capaz de cumprir essa tarefa, vício comum, por exemplo, no jornalismo sensacionalista, que encerra toda a realidade nos seus aspectos aparentes e efêmeros.

Para Genro Filho, o real é a matéria-prima do jornalismo, não seu produto. Dessa forma, o jornalismo não é simplesmente uma janela para o real. Considerado como uma forma de conhecimento, o jornalismo tem a tarefa de munir o cidadão com informações acerca da realidade, mas não exatamente o real definido. Assim, a tarefa de síntese é entregue ao cidadão e o conhecimento do jornalismo não se encerra senão nesse cidadão leitor.

É importante também, colocar outras limitações ao conceito de direito à informação exposta por Victor Gentili. O mercado é considerado condição para a prática de um jornalismo capaz de interpelar o poder do Estado. Por outro lado, existe a crença de que a concorrências entre veículos de comunicação poderia favorecer uma escalada na busca por cada vez mais qualidade no jornalismo. No entanto, não é bem isso o que acontece. Ao configurar-se em empresas, a indústria do jornalismo priorizou o lucro em detrimento do esclarecimento. A busca por um número cada vez maior de leitores – ou de espectadores, no caso da televisão – não contribuiu para a melhora na qualidade do jornalismo. Pelo contrário. Os veículos apoiaram-se em conteúdos de sensacionalismo e entretenimento.

O jornalismo não é um espelho da realidade, nem a apresenta desinteressadamente. Interesses existem, mas, o jornal tenta ocultá-los através de um discurso de neutralidade e imparcialidade. Moretzsohn(2007) afirma:

o jornal busca apagar a sua posição de mediador e esconde o papel que deveras cumpre, sugerindo que interessa ao público o que interessa ao próprio jornal – isto é, às forças que o sustentam e controlam; daí a falácia da evocação do ‘direito (público) de saber’, que oculta as escolhas praticadas no âmbito da empresa jornalística, de acordo com interesses raramente perceptíveis. (p. 133-134).

Na outra ponta, o público, que não percebe os interesses ocultos, julgareceber informações neutras, com as quais interpreta a realidade segundo sua própria visão de mundo, a do senso comum. Seus estereótipos e preconceitos são reforçados a partir do veem, leem ou ouvem no jornalismo. Moretzsohnafirma:



Quanto ao público, pressupõe uma concepção que costuma ser exatamente isso: um pressuposto, baseado em estereótipos e preconceitos do senso comum, que tendem por isso mesmo a ser reforçados, de tal modo que o público desejaria saber o que efetivamente já ‘sabe’ – e tem a apaziguadora sensação de ver confirmado todos os dias no noticiário, sem perceber o processo de produção de sentido que o jornalismo opera para (re)apresentar esse mundo tal qual é (p. 134).

Sem que lhe seja oferecida a oportunidade de questionar, pensar e conectar acontecimentos relacionados, ao leitor ou espectador, resta a percepção de um mundo de “não para”, numa sucessão de eventos narrados pelo jornalismo. Ainda segundo Moretzsohn, “o resultado é um simplificação do próprio jornalismo que assim se condena ao mundo das aparências e passa a forjar uma realidade adequada aos cânones ideológicos industriais que conformam as rotinas de produção” (p. 134).

Dentro das redações, a lógica da produtividade imposta por determinações econômicas de mercado fez com que empresas jornalísticas exigissem cada vez mais de um número cada vez menor de jornalistas.

### **Comunicação pública**

Diante desses problemas e limitações encontrados na comunicação privada, a comunicação pública desponta como uma alternativa que tem o potencial de mudar as determinações econômicas que atrapalham a realização de um jornalismo esclarecedor. De acordo com Danilo Rothberg (2011),

A alternativa historicamente construída pelas democracias maduras para enfrentar as falhas de um livre mercado de comunicação vem da atuação do Estado. As instituições requeridas neste contexto devem possuir o porte compatível com a dimensão das consequências envolvidas no processo de decisão das complexas sociedades atuais. Daí a necessidade da criação de empresas públicas para gerir fóruns de livre circulação de pensamento. Afinal, os direitos nessa área, como em muitas outras da vida em sociedade – assim os reconhece a teoria da democracia participativa –, requerem a construção e a manutenção, pelo Estado, de estruturas apropriadas destinadas a lhes proporcionar existência efetiva, sem a ameaça de coerção proveniente tanto do próprio Estado quanto do mercado (p. 20).

É uma perspectiva que enxerga o Estado não apenas como potencial censor da comunicação, mas, como responsável por criar e garantir a existência de veículos públicos, embora não deva mantê-los diretamente. É o compromisso em manter um espaço público livre e democrático, em que qualquer expressão seja garantida, sem que qualquer parte seja capaz de impedir a fala da outra, em nome de qualquer interesse que seja e que tenha o direito à informação como fundamento, \*direito este que, na visão de Rothberg, deve ser provisionado pelo Estado, entre outros meios, através da radiodifusão pública.

### **Televisão pública**

A legislação brasileira sobre radiodifusão é confusa. O capítulo 223 da Constituição de 1988 estabelece como princípio a complementaridade dos sistemas pública, privado e estatal, que divide, sem definir, estatal de público.



Entender o sistema privado é simples. É o sistema predominante no Brasil, constituído por empresas privadas sustentadas pela venda de espaços publicitários. A televisão privada é hegemônica que, Segundo Eugênio Bucci (2008), é difícil ao brasileiro compreender outro modelo de televisão: “Aqui televisão comercial virou sinônimo de televisão. Dizer televisão comercial é como cair num pleonasma” (p. 256). A dificuldade se estabelece na definição dos sistemas público e estatal.

As concessões de televisão, entretanto, já não utilizam esses termos. A maioria dos veículos não-comerciais do Brasil recebem concessão de televisão educativa, embora esse tipo de concessão não as defina como pública nem estatal. Por fim, a Lei do Cabo –Lei nº 8.977 de 1995 –, estabeleceu as televisões comunitárias, legislativas, a TV Justiça e a NBR – televisão do poder executivo federal –, tampouco as definiu se constituem o sistema público ou estatal.

De acordo com Bucci (2008), há uma definição informal entre políticos e profissionais que fazem distinção entre o estatal e o público a partir de seus propósitos?

No vazio legal, o senso comum dos profissionais – e dos políticos – da área consagrou o maniqueísmo estapafúrdio de que a comunicação estatal é aquela que 'defende o ponto de vista do governo' e a pública é aquela que 'dá voz a sociedade' (p. 259).

Essa distinção é criticada por Bucci, que defende que nenhum veículo estatal deve servir para a defesa do ponto de vista do governo, o que considera patrimonialismo, muito embora seja a isso que veículos mantidos pelo Estado tem se prestado historicamente.



Para fins deste artigo, não faremos distinção entre público e estatal. Chamaremos de televisão pública emissoras vinculadas ao Estado: 1. aquelas criadas e geridas pelo Estado; 2. as emissoras de propriedade de fundações, autarquias, ou outras entidades jurídicas não estatais, com autonomia ou não em relação ao Estado, mas que surgiram por iniciativa do Estado ou dependem de verbas ou fundos públicos ou taxas cobradas pelo Estado; 3. emissoras comunitárias e universitárias, cuja criação está prevista em lei, mas, não que depende da iniciativa do Estado. Consideraremos, em suma, qualquer forma não privada da radiodifusão.

A televisão pública é debatida na academia a partir de duas perspectivas gerais. A primeira perspectiva é inspirada na concepção de esfera pública de Habermas. Habermas concebe a esfera pública como um espaço que reúne pessoas privadas em público. (1984) É um espaço, portanto, intermediário entre a esfera privada; dos indivíduos, das famílias e dos negócios; e o poder público do Estado. Esse seria o espaço propício para o debate de temas públicos de interesse coletivo, fundamental para a consolidação da democracia. Nessa perspectiva, a televisão pública se coloca como um espaço democrático, independente com relação a interesses comerciais e das interferências do poder público, voltado para o livre debate de ideias de interesse coletivo dos cidadãos. Bucci se encontra entre os signatários dessa perspectiva.

Na outra perspectiva, a televisão é compreendida como um espaço privilegiado de fluxo de imagens constitutivas das identidades culturais dos povos. A televisão é o espaço em que essas identidades se formam e se colocam em comunicação. A necessidade da televisão pública é servir de alternativa à televisão privada. Enxergando a televisão como negócio, a televisão privada que enxerga sua audiência apenas como consumidora, e por isso tendem a homogeneizar a sua programação para agradar a um público médio, repetindo fórmulas que dão certo.



Dessa forma a televisão privada não se interessa por públicos que não se identificam ogosto médio da audiência ou desprovido de poder de consumo. A televisão pública, por outro lado, deve suprir essas lacunas, democratizando o acesso a esse veículo fundamental ao direito à própria identidade cultural.

A televisão pública deve ser entendida como um meio para fazer/criar cultura, já que a televisão é o cenário privilegiado no qual se expressam as transformações mais profundas das sensibilidades e das identidades das maiorias sociais. [...] Isto quer dizer que a televisão pública deve trabalhar a expressão como estratégia, a cidadania como projeto, o experimental como experiência estética e de identidade. Fazendo televisão para a cidadania, a expressão cultural e a identidade que se atualiza o educativo e serve a um novo projeto de país, de paz e de convivência (MARTÍN-BARBERO; REY; RINCÓN, 2000).

Em qualquer uma dessas perspectivas, é destacada a necessidade de a televisão pública ter uma forma de gestão e financiamento que lhe garantam autonomia com relação ao mercado e a governos, para que sua programação não se corrompa em nome de interesses particulares.

### **EBC e TV Brasil**

Dentro de um cenário histórico, a EBC e a TV Brasil surgiram num momento de recuperação da radiodifusão pública no Brasil. A empresa, formada a partir do patrimônio da TVE Brasil e da Radiobrás, insere-se num momento de nova perspectiva para a radiodifusão pública nacional. Superadas as motivações estratégicas do regime militar de integração das regiões menos povoadas e de complementação das carências educacionais do país, a partir do final dos anos



1970, as televisões públicas brasileiras se viram diante da necessidade de encontrar novos objetivos. Mesmo durante um período de restrições orçamentárias, a TVE Brasil reformulou-se e qualificou sua programação. A Radiobrás, por outro lado, passou por um processo de intenso desmonte. Hoje, a televisão pública encontrou novas razões para existir e percebeu o longo caminho ainda a trilhar para alcançá-las. A TV Brasil surge relacionada a essa nova perspectiva, que enxerga a televisão como um espaço para o intercâmbio cultural da diversidade nacional independente de mercados.

Entretanto, está sujeita a interferências governamentais, ainda comuns na radiodifusão pública. Governos têm o poder sobre a EBC tanto a partir das nomeações dos seus conselheiros, na maioria indicados pelo Poder Executivo, quanto pela sua forma de financiamento, dependente de dotação orçamentária da União. Ademais, está vinculada a SECOM, secretaria responsável pelas relações públicas da Presidência da República, mais comprometida com a imagem do governo do que com o direito à informação. Esses problemas na independência da EBC comprometem a confiabilidade de seu jornalismo.

### **Repórter Brasil**

O telejornal Repórter Brasil é o principal programa jornalístico da TV Brasil, emissora pública de televisão que compõe a Empresa Brasil de Comunicação – EBC –, criada em 2007 pelo governo federal.

Até junho de 2013, o Repórter Brasil era exibido em duas edições, uma matutina e outra noturna. A edição vespertina era transmitida de segunda-feira a sábado, desde o estúdio no Rio de Janeiro, às 8h e tinha 30 minutos de duração. Já o Repórter Brasil Noite era transmitido de segunda a sábado às 21 horas, com uma hora de duração, a exceção da edição de sábado, com duração de meia hora. O



programa era transmitido a partir de três estúdios localizados em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro simultaneamente. Em junho de 2013, houve uma mudança no telejornal. A edição matutina passou a ser exibida ao meio-dia e, a noturna, apenas a partir do estúdio de Brasília. A identidade visual do programa também mudou.

### **Metodologia da pesquisa:**

O Repórter Brasil Noite é transmitido de segunda-feira a sábado, totalizando seis edições por semana. Para a análise do telejornal, foi destacada uma amostragem em semana artificial, portanto, nossa amostragem cobriu o período de seis semanas. As edições coletadas foram das seguintes datas: quarta-feira, 21 de novembro de 2012; terça-feira, 27 de novembro de 2012; segunda-feira, 03 de dezembro de 2012; sábado, 08 de dezembro de 2012; sexta-feira, 14 de dezembro de 2012; quinta-feira, 20 de dezembro de 2012. As matérias foram extraídas pela internet no *website*<sup>1</sup> que mantém o arquivo de todas as edições do Repórter Brasil desde a sua criação<sup>2</sup>.

Do conjunto de todas as matérias da amostragem coletada, foram feitas classificações por temas e regiões abrangidas e observada a distribuição do tempo destinado a cada um. Os temas usados para classificação foram os seguintes: a) política; b) economia; c) internacional; d) cultura; e) esporte; f) violência; g) política social; h) meio ambiente; i) ciência e tecnologia; j) direitos humanos; k) outros.

Quanto às regiões, classificamos primeiro entre a) nacionais e b) internacionais. Dentre as internacionais, classificamos entre as diferentes regiões do globo – de

---

<sup>1</sup>Endereço do *website*: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/>>

<sup>2</sup>A partir de julho de 2012, o *website* do Repórter Brasil passou por uma reformulação e as matérias anteriores não são mais visualizáveis na internet.

acordo com critérios geopolíticos de proximidade geográfica e por similaridades cultural, geopolítica e de desenvolvimento socioeconômico – em: a) América Latina; b) Oriente Médio e Norte da África; c) África Subsaariana; d) Ásia Central e Sudeste Asiático; e) Países do Norte Geopolítico.

Dentre as matérias nacionais, classificamos pelas seguintes regiões: a) Norte; b) Nordeste; c) Sudeste; d) Centro-Oeste; e) Sul; f) Rio de Janeiro/Distrito Federal/São Paulo<sup>3</sup>; g) Brasil Geral<sup>4</sup>.

## Resultados

Considerada essa divisão de categorias, foi constatada a seguinte distribuição do tempo dedicado pelo telejornal a cada tema nas edições coletadas:

**Tabela 1 – Distribuição do tempo total do telejornal por temas:**

<b>Tema</b>	<b>Tempo</b>
política	17,57%
cultura	15,20%
internacional	13,30%
política social	12,57%
direitos humanos	11,34%
esporte	5,13%
meio ambiente	4,55%
economia	3,06%
violência	2,58%
ciências e tecnologia	2,07%
outros	10,09%

Ao avaliar os resultados obtidos quanto à distribuição do tempo por temas, a

<sup>3</sup> Essas são as unidades da Federação em que estão as redações da TV Brasil. As matérias oriundas de outros estados geralmente são feitas por televisões públicas locais, por isso essa distinção é importante.

<sup>4</sup> Matérias sobre assuntos que não são específicos de uma região especificamente, mas que aborda o Brasil como um todo.



primeira observação que nos chamou a atenção é que muitas das matérias de economia mantiveram o foco em iniciativas da política econômica do governo, fazendo-as ser classificadas como política. Com frequência menor, as matérias focavam o tema no cidadão, como mudanças para o contribuinte ou comportamento do consumidor. Não se observou nenhuma que focasse o ponto de vista empresarial sobre temas econômicos. Apenas duas matérias da amostragem abordaram índices econômicos. Ambas foram exibidas em 20 de dezembro de 2012.

O tema violência apresentou uma baixa representatividade com relação aos demais. A percepção do quanto o tema é tratado com frequência nas televisões comerciais, noticiando repetidamente a violência cotidiana, levou-nos a criar uma categoria exclusiva ao tema, que talvez não precisasse ter sido criada, enquadrado o tema em outra categoria. O tema mostrou-se pouco representativo no Repórter Brasil Noite. A maioria das matérias sobre violência é constituída por pequenas notas que focam crimes específicos, ou por casos de maior repercussão. Duas reportagens classificadas como direitos humanos trataram transversalmente o tema da violência. Uma, que fez parte da série de reportagens “Retratos da Dor”, tratou do tema da violência contra a mulher. A outra foi reprise de uma reportagem exibida meses antes e foi selecionada para ser reexibida numa série de reprises no fim do ano. A cobertura sobre violência, portanto, parece ser cautelosa, não reproduzindo a cobertura alarmista sobre casos chocantes do cotidiano que o telespectador brasileiro está habituado, embora noticie casos que envolvam autoridades ou celebridades.

Foi observado que a maioria das matérias de política abordou os poderes constituídos e partidos. Das 33 matérias de política exibidas, apenas três tratavam de greves ou manifestações.

Os temas de política social e de direitos humanos foram bastante representativos para as nossas expectativas. Esperávamos que os assuntos abrangidos nesses temas – como saúde, educação e direitos de minorias – fossem tratados, mais frequentemente, subjacentes a notícias sobre programas de governos ou projetos de lei, o que os enquadraria em política. Somando-se o tempo destinado a esses dois temas, obtivemos 23,91% do total, o que supera, com relativa folga, o tempo destinado à política, que foi de 17,57%. Isso demonstra que o telejornal enxerga grande importância nesses temas por si, situação inversa ao que observamos no tema da economia.

Quanto às matérias sobre direitos humanos, quatro delas tratavam de assuntos históricos, três sobre a ditadura militar e as atividades da Comissão da Verdade e uma sobre o aniversário da Revolta da Chibata. No entanto, a maioria das matérias foi sobre setores específicos da população, beneficiários de direitos específicos, ou em desvantagens no acesso a seus direitos. Albinos, autistas, deficientes físicos, transexuais, mulheres e negros foram alguns registrados.

Nas matérias sobre cultura, foi possível perceber que aquelas que noticiavam exposições, feiras ou festivais concentravam-se entre Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal, enquanto os demais estados apenas apareciam na ocorrência de festas populares ou em reportagens sobre o folclore local. Essa constatação leva-nos a indagar se o telejornal não acaba por reproduzir certos preconceitos formados acerca da identidade de cada região do país, na qual a cultura erudita concentra-se somente nos centros metropolitanos, enquanto apenas nas demais regiões repousam as tradições populares e o folclore.

No que tange à divisão regional do noticiário, notamos 13,30% do tempo total da amostragem é dedicado a matérias internacionais.

**Tabela 2 – Distribuição do tempo total do telejornal por matérias de âmbito nacional ou internacional:**

<b>Região</b>	<b>Tempo</b>
Internacional	13,30%
Nacional	86,70%

Observamos que o noticiário internacional era dominado por pequenas notas cobertas – notas narradas pelo apresentador do telejornal, cobertas por imagens. Estas imagens não exibiam crédito, mas possivelmente eram obtidas em agências de notícias internacionais. Na maioria das vezes, essas matérias tinham menos de trinta segundos de duração. Mesmo no noticiário sobre a América Latina, prevaleceram notas curtas.

A distribuição do tempo das matérias internacionais por regiões do globo foi a seguinte:

**Tabela 3 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais por regiões do mundo:**

<b>Região</b>	<b>Tempo</b>
Oriente Médio e norte da África	31,24%
Países do Norte Geopolítico	23,11%
África Subsaariana	21,09%
América Latina	19,23%
Ásia Central e Sudeste Asiático	5,31%

Notamos que, à exceção das matérias que cobriam a região da Ásia Central e do Sudeste Asiático, houve um relativo equilíbrio no tempo destinado às diferentes regiões do globo. Apesar disso, esperávamos que a América Latina fosse mais presente na cobertura internacional, por se tratar da região ao qual o Brasil pertence.

Apenas uma reportagem, sobre conflito na República Democrática do Congo –



exibido na quinta-feira, dia 20 de dezembro –, foi claramente feita por um correspondente da TV Brasil. O correspondente da TV Brasil na África, Emerson Penha, fez essa matéria, a mais longa entre as internacionais, com três minutos e oito segundos de duração. Essa reportagem foi seguida de uma entrevista a Emir Sader, comentando sobre o conflito. Somando-se os dois, o Repórter Brasil Noite dedicou significativos cinco minutos e cinquenta e um segundos à situação na República Democrática do Congo, nesse dia.

A pouca presença de matérias produzidas por correspondentes indica que o Repórter Brasil Noite é dependente de agências de notícias internacionais, o que impede o telejornal de reportar acontecimentos no exterior com seu próprio jornalismo e limita a pauta aos temas cobertos pelas agências.

Nos assuntos nacionais, dominaram as matérias de interesse geral, que não é localizada a uma região específica do país, com 57,39% do tempo. Matérias sobre temas específicos do Rio de Janeiro, Distrito Federal ou São Paulo, onde a TV Brasil mantém redações, destacaram-se amplamente com relação às demais regiões do país. Apesar de o Sudeste ter se destacado pelas matérias que abordam o Rio de Janeiro e São Paulo, apenas uma matéria sobre outras partes do Sudeste foi observada.

**Tabela 4 – Distribuição do tempo das matérias nacionais de acordo com as regiões do país:**

<b>Região</b>	<b>Tempo</b>
Brasil Geral	57,39%
RJ/DF/SP	32,51%
Nordeste	3,75%
Centro Oeste	3,31%
Sul	1,45%
Norte	1,33%
Sudeste	0,22%



Entre as prováveis explicações para essa discrepância entre o Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal e as demais regiões está o fato de a TV Brasil depender de vídeos produzidos pelas TVs Públicas estaduais. As televisões públicas estaduais no Brasil são muito diversas e dominadas por televisões educativas e culturais. A importância e a dedicação que cada uma dá ao jornalismo, certamente, varia muito. Além do mais, a EBC tem um Manual de Jornalismo, as emissoras que não pertencem à empresa não compartilham. O padrão do jornalismo praticado por cada uma é algo que a EBC não tem controle. Muitas dessas emissoras provavelmente ainda mantêm a tradição autoritária de defender os governos dos estados onde estão alocadas. Portanto, enviar matérias para serem exibidas na TV Brasil pode simplesmente não interessar a esses governos, que estariam mais preocupados com a sua influência local, ou produzem jornalismo fora do padrão aceitável pela EBC. Ainda assim, essa desproporção é bastante evidente, o que é extremamente prejudicial a uma emissora que se pretende nacional.

## **Conclusões**

Ao término da análise da nossa amostragem do Repórter Brasil Noite, pudemos perceber aspectos do telejornal que nos permitiram tirar algumas conclusões. A primeira delas é com respeito à abordagem de temas regionais. Esta apresentou uma grande concentração de matérias sobre as unidades da federação onde estão estabelecidas as redações do telejornal. As demais regiões do país, somadas, ocupam cerca de 10% do tempo das edições do telejornal.

As matérias que tratam de regiões do país fora do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal geralmente abordam temas como meio ambiente, violência e cultura, enquanto as matérias focalizadas nas regiões centrais ou não específicas a uma região referem-se mais frequentemente à política, aos direitos humanos e a políticas sociais. As matérias não específicas a uma região ou específicas ao Rio



de Janeiro, São Paulo e ao Distrito Federal têm uma duração média maior que as das demais regiões.

Matérias que abordam direitos humanos e políticas sociais são poucas, mas geralmente de maior duração. Das seis matérias selecionadas para análise qualitativa, três foram classificadas como “política social”, duas como “direitos humanos” e uma como meio ambiente. A matéria sobre meio ambiente, todavia, tratava dos riscos de desmoronamentos de casa em São Paulo devido à chegada da temporada de chuvas, tema que, embora seja relacionado ao meio ambiente, tangencia a questão habitacional, aproximando-se do tema de política social.

As matérias de política são geralmente restritas a questões palacianas, cobrindo votações nas casas legislativas, lançamentos de programas de governo, ou investigações e julgamentos de casos de corrupção. Essas, por sua vez, utilizam muitas declarações públicas, mas poucas entrevistas. Poucas também são as matérias que tratam de manifestações, greves ou reivindicações populares ou de entidades de classe. As matérias sobre direitos humanos e políticas sociais, embora sejam mais longas e cuidadosas, pouco abordam as questões políticas envolvidas.

A partir dessas análises, percebemos que o jornalismo da EBC apresenta os acontecimentos sem uma adequada contextualização. As coberturas do Repórter Brasil Noite usualmente recorrem às fontes mais acessíveis a cada acontecimento, especialmente em temas de políticas sociais, restringindo os pontos de vista aos protagonistas daquele acontecimento específico. O exemplo mais evidente é a reportagem sobre a exposição de novidades tecnológicas para uso na educação, em que a reportagem se deixou levar pelo encanto da tecnologia e não buscou perspectivas questionadoras sobre o emprego dessas novidades.



Algumas das matérias selecionadas para análise qualitativa demonstram que a reportagem busca um aprofundamento que permita a compreensão da realidade em sua complexidade mas, muitas vezes de forma restrita, desdobrando parcialmente questões sensíveis, sem apresentar contradições fundamentais envolvidas nos assuntos tratados, especialmente questões políticas. Isso fica mais evidente nas matérias sobre as medidas socioeducativas para adolescentes infratores, sobre tratamentos para infertilidade e sobre os riscos de deslizamentos com a temporada de chuvas em São Paulo. A razão mais provável para tal é o possível desgaste que essa abordagem pode gerar, caso seja constatada alguma omissão ou descaso de autoridades políticas, uma vez que não há independência plena da EBC com o Governo Federal.

Essa é também a provável razão para a cobertura política ser breve, quase protocolar, em que são narrados apenas os aspectos mais singulares dos acontecimentos, sem muito aprofundamento. Outras matérias ainda se restringem aos aspectos mais imediatos da realidade, furtando-se de buscar debater questões fundamentais, como visto na reportagem sobre as tecnologias na educação, o que aponta pouca capacidade ou disposição para uma apuração mais rigorosa.

Pelos problemas constatados nas análises quantitativas e qualitativas do telejornal Repórter Brasil Noite, concluímos que o jornalismo da EBC é capaz de apresentar contribuições para a realização do direito à informação em temas específicos, em especial relativos a direitos humanos e políticas sociais, embora de forma restrita. Política é um tema difícil à redação da TV Brasil. A sombra das tradições autoritárias da radiodifusão pública no Brasil ainda é sentida, e pode gerar desconfiças e constrangimentos na redação do Repórter Brasil.

Considerando a constituição da cidadania como um processo conflituoso e



contraditório, sempre sujeito a constantes inserções de novos direitos e sempre alvo de constantes questionamentos, o dissenso é o elemento mais fundamental de um jornalismo esclarecedor. Oferecer ao cidadão informações como lhe é de direito – que lhe permita proteger-se; atuar na vida política, econômica, social e civil; exigir e exercer plenamente seus direitos – pressupõe esclarecer-lhe as contradições e os conflitos que permeiam qualquer aspecto da vida coletiva. Omitir esses aspectos de tão grande relevância é cercear, em grande medida, o direito desse cidadão de se informar. O jornalismo da TV Brasil, ao menos no que pudemos notar pelo Repórter Brasil Noite, não cumpre plenamente essa premissa básica, tornando-o falho e incompleto.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bucci, E. (2008). *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre o chapa branca e o direito à informação no primeiro governo Lula*. Rio de Janeiro: Record.
- Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!
- Gentili, V. I. (2005). *Democracia de massas: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Martín-Barbero, J., Rey, G., & Rincón, O. (2000). Televisión pública, cultural, de calidad. *Revista Gaceta*, 47, 50-61. Disponível em:  
[http://www.comunicacionymedioscom/comunicacion/television/textos/martin\\_barbero\\_tvpublicacalidad.htm](http://www.comunicacionymedioscom/comunicacion/television/textos/martin_barbero_tvpublicacalidad.htm).
- Moretzsohn, S. (2007). *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan.
- Rothberg, D. (2011). *Jornalismo público: informação cidadania e televisão*. São Paulo, Editora Unesp.